

Sindieletro cobra transparência na nova avaliação do PCR

A direção da Cemig, no entanto, ameaça implantar, em agosto, um modelo que reforça o poder dos gerentes. Mais uma vez a direção da empresa atropela a discussão com os trabalhadores e desrespeita o Acordo Específico do PCR.

Foto: Benedito Maia

Na última quinta-feira, dia 20, a Diretoria Estadual do Sindieletro se reuniu para discutir o novo modelo para a Avaliação de Desempenho proposta pela Cemig através do comitê do PCR. Na sexta-feira (21), o coordenador-geral do sindicato, Wilian Vagner, e o diretor de Formação, Lúcio Parrela, participaram da reunião do Comitê e apresentaram os pontos onde não há concordância, solicitando um prazo maior para a adoção do novo modelo. Mais uma vez a Cemig tenta impor uma ferramenta de gestão de pessoal de forma unilateral, descumprindo o acordo anteriormente assinado com os trabalhadores.

Não bastasse a forma equivocada de conduzir o processo, o novo modelo traz modificações que representam riscos para os trabalhadores. Como o assunto exige uma análise muito mais detalhada, o Sindieletro já encomendou um estudo jurídico e está providenciando a contratação de uma assessoria especializada. Já é possível perceber problemas no modelo de Gestão de Desempenho como a

concentração ainda maior de poder nas mãos dos gerentes para a indicação dos trabalhadores que terão direito à movimentação na carreira.

Além da avaliação comportamental, a empresa está propondo uma avaliação técnica, que neste primeiro ano será somente para mapeamento, mas retira do trabalhador o direito de avaliar, tecnicamente, o seu companheiro, alegando que somente o gerente tem condições de fazê-lo. Na prática este modelo rompe o acordo, que prevê a avaliação das habilidades feita em 180º - auto-avaliação, entre pares e gerente.

A transferência para o gerente decidir qual trabalhador é o “bom” de serviço e apto a receber o aumento é um grande retrocesso no que já estava acordado com a empresa e reforça a necessidade de discussão em torno do assunto. Para Wilian Vagner, os critérios apresentados para a avaliação do desempenho são “extremamente subjetivos” e atendem os interesses dos gerentes que querem o poder de decidir a quem dar aumento salarial.



Diretoria estadual do sindicato discute novo modelo para a Avaliação de Desempenho

Metas e pressão sobre o trabalhador

Outro ponto inaceitável da nova “Gestão de Desempenho” é a pactuação de metas com os trabalhadores. A Cemig anuncia que a intenção é individualizar as metas que serão incluídas na avaliação o que, sem uma discussão mais ampla de como alcançá-las, representa um grande risco de expor ainda mais a saúde e a vida do trabalhador. Recentemente, com o episódio Anuênio, os eletricitários tiveram um bom exemplo do que significa a individualização da relação trabalhista com a empresa: o trabalhador perde o poder de negociação com a empresa.

A Cemig diz que as metas são importantes para o trabalhador saber qual é a regra e aonde deve chegar. “Para nós, a pactuação de metas individualiza a negociação com o trabalhador e é mais uma tentativa de isolar as entidades sindicais. O que

a gente verifica em muitas empresas é que o não atendimento a metas individuais acaba, muitas vezes, sendo usado para punir e até mesmo demitir trabalhadores, com o argumento de baixa produtividade”, afirma Lúcio Parrela, que está acompanhando a discussão do PCR.

A Cemig propunha a retirada do item maturidade, uma conquista da categoria na negociação do PCR, que considera o tempo de casa, de função e cursos realizados pelo trabalhador, dentro ou fora da empresa. No entanto, depois de ouvir a argumentação da representação dos trabalhadores, reduziu o percentual de 5% para 3%. “Essa pontuação era objetiva e independente dos olhos do gerente e uma forma de buscar certo equilíbrio em relação à subjetividade e poder excessivo atribuído aos gerentes na avaliação”, explica Lúcio Parrela.

No ano passado a Cemig já

havia desvirtuado a maturidade, considerando apenas o tempo de casa. Este ano, a idéia era a retirada do item, alegando que não condiz com a metodologia da consultoria contratada e que não é uma prática de mercado.

Para o coordenador-geral do Sindieletro, é hora de mobilizar a categoria. “A avaliação de desempenho é um instrumento importante para os trabalhadores, desde que possamos construir uma ferramenta que seja transparente e o mais objetiva possível”, ressalta Wilian Vagner. Ele acredita que só dessa forma o trabalhador poderá programar a sua carreira na empresa. “Caso contrário a avaliação acabará servindo como mais um instrumento de pressão contra os trabalhadores para o atendimento das metas definidas pela própria empresa”, desabafa Wilian Vagner.

Sindieletro quer discutir odontológico com a categoria

Em vários ofícios para a Forluz e a Cemig a direção do Sindieletro advertiu que não concordará com a votação do Plano odontológico sem discussão e aprovação dos trabalhadores. “Além das divergências em relação a vários pontos do modelo defendido pela Forluz, até agora a íntegra da proposta não foi apresentada para as entidades que integram o Comitê. Não vamos aprovar nada sem ampla discussão com a categoria”, destaca o diretor do Sindieletro e membro do Comitê do PSI, Luciano Amaral.

No início de julho foi solicitada reunião com a direção da Forluz e da Cemig para discutir o formato do Plano, com a cobrança de maior transparência nos debates, mas não houve resposta. O diretor de Saúde e Previdência do Sindieletro, Henderson Hirata, destaca que a direção do sindicato tem vários questionamentos sobre o modelo proposto, principalmente em relação à cobertura, à adesão obrigatória, ao fim do reembolso com tratamento na rede particular e à forma de custeio que implicaria na redu-

ção do teto do PGE.

Hirata ressalta que apesar da discussão ser prejudicada pela Forluz e empresa, é preciso analisar com cuidado a qualidade do atendimento que será oferecido. “As entidades participaram da escolha da Odontoprev como operadora do Plano, mas agora a Forluz atropela o processo. Antes mesmo da deliberação pelo Comitê do PSI, a Forluz já divulga o convênio e a

Odontoprev já encaminhou carta de credenciamento para os dentistas. Além disso, começam a aparecer questionamentos em relação à qualidade do serviço prestado pela operadora que deverão ser analisados”, diz Hirata.

O diretor do Sindieletro e representante dos participantes no Comitê do PSI, Arcângelo Queiroz, ressalta que a aprovação do modelo de atendimento odontológico sem

discussão com as entidades e os participantes contraria o Acordo Específico do PSI e por isso não será aceita pelo sindicato.

Está prevista para esta semana uma reunião extraordinária do Comitê do PSI. A direção do Sindieletro espera que a Forluz apresente finalmente a proposta do Plano e estabeleça um cronograma que contemple a discussão com os eletricitários.

FALA TRABALHADOR

Fotos: Benedito Maia



Sim. A vantagem do debate seria a identificação das maiores demandas de

tratamento dentário dos trabalhadores. A Forluz tem o controle dos procedimentos mais procurados. Isso ajudaria na discussão, mas a categoria não teve a oportunidade de sugerir nada até agora. Sabemos que o teto do Pró-Saúde será reduzido em R\$295,00 por causa do plano. Esse limite deveria ser mantido, já que muitas pessoas precisam do dinheiro para tratar de problemas de saúde graves. Para melhor definição da estrutura do plano, os trabalhadores precisam ter participação ativa, sobretudo para que conheçam as novas regras. Por enquanto, só sabemos que iremos pagar, mas desconhecemos como serão as coberturas.

Emerson Rodrigues,
Agente Técnico Comercial
DC/RE - Itambé



Com certeza. Discutir o modelo do Plano é ideal para sabermos os prós e os contras da

nova forma de atendimento dentário que será implantada. Nós seremos diretamente afetados pelas mudanças, e nossa opinião é relevante. Mas a Cemig não tem dado espaço para que as entidades que representam a categoria debatam o plano. Falta pouco tempo para a implantação e a empresa toma sozinha todas as decisões, sem consultar a categoria. Faltam detalhes sobre os tratamentos cobertos, já que muitas pessoas fazem tratamentos caros e terão que arcar com as despesas. Outro problema é que todos serão obrigados a aderir ao plano. Para mim, isso não é vantagem porque eu raramente preciso ir ao dentista.

Ricardo Lopes Inácio,
Operador de computadores -
TI/SI - Sede

Protesto contra demissões de vigilantes

Numa demonstração de solidariedade com os colegas terceirizados, os trabalhadores do São Gabriel promoveram, no último dia 19, um protesto em repúdio à demissão de 38 vigilantes da empreiteira Viban. Houve adesão total dos trabalhadores do prédio. Eles paralisaram as atividades em solidariedade aos vigilantes. “A iniciativa foi bem sucedida, e o mais interessante é que a idéia partiu do pessoal da Cemig”, comenta Jairo Nogueira Filho, diretor de Saúde e Segurança do sindicato.

Para tentar reverter as demissões, os trabalhadores da Cemig também organizaram um abaixo-assinado que será entregue à direção da empreiteira ainda esta semana. Os vigilantes, que já estão cumprindo aviso prévio, atuam no São Gabriel, Betim, Santa Luzia e nas subestações de Adelaide, Bonsucesso e Sion.

De acordo com Jairo, o motivo das 38 demissões é que a Viban perdeu uma concorrência na BHTrans. “Com certeza, este problema é fruto da intensa terceirização promovida pela companhia, que contrata empresas que pensam unicamente no lucro imediato”,

critica Jairo.

Um vigilante terceirizado que está na lista de demissões está inconformado e acredita que a empresa está fazendo uma manobra para aliviar suas dificuldades financeiras, sem levar em consideração o futuro de seus trabalhadores.

Outro vigilante conta que já passou por várias empreiteiras, há 12 anos presta serviço para a Cemig e sempre foi remanejado quando o contrato das empresas chegava ao fim. “Agora é diferente, pois estou na rua mesmo. A Viban nos trata como se fôssemos peças descartáveis, e diz que não há outra alternativa. Mas espero que o manifesto dos trabalhadores da Cemig e do Sindieletro nos ajude de alguma forma”, desabafa.

Para Henderson Hirata, diretor de Saúde e Previdência do sindicato, estas demissões mostram como a terceirização é cruel porque afasta, sem motivos justos, trabalhadores que desempenham um bom trabalho e possuem vínculo histórico com a Cemig.

Wellington David, diretor da Viban, alega que os vigilantes estão de aviso prévio, mas a empresa ainda não resolveu se as demissões de fato irão acontecer. No entanto, segundo o departamento Jurídico do Sindieletro, “o aviso prévio é uma comunicação clara de rescisão do contrato de trabalho”. A direção do Sindieletro busca reverter as demissões através de contatos com outras entidades sindicais e com a direção da Viban e da Cemig.

Foto: Benedito Maia



Mobilização em solidariedade aos vigilantes teve grande adesão

Denúncia de sabotagem para incriminar Movimento

Reportagens acusam membros do MAB de planejar sabotagem no Centro de Operação do Sistema(COS). Além de tentar criminalizar movimento, matérias deixaram mais vulnerável setor mais estratégico da Cemig

Às vésperas dos atos públicos nacionais para denunciar a situação das famílias atingidas pelas barragens e em defesa da redução da tarifa de energia, é alardeado um suposto atentado contra o edifício sede da Cemig, em Belo Horizonte. As edições do jornal Estado de Minas dos últimos dias 16 e 17 deram destaque a uma possível conspiração de lideranças do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para sabotar o Centro de Operação do Sistema (COS).

Segundo a reportagem, se levado a cabo, o plano provocaria um blecaute em Minas Gerais e em outros 20 estados do país e no Distrito Federal. O plano teria sido descoberto

num flagrante da reunião entre representantes do MAB. Apesar do envolvimento da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e da Polícia Federal nas investigações não há informações se o “plano de sabotagem” teria ido além da discussão. Pela matéria, o Exército e a PM colocaram tropas em prontidão na sede da Cemig para evitar a execução do suposto plano.

Informações restritas

Para o diretor do Sindieleto, Cláudio Moreira, o saldo mais preocupante das reportagens foi a exposição do COS, setor vital para a operação do sistema da Cemig. No esforço de desgastar a imagem do MAB, o porta-voz da empresa

ouvido pela reportagem superestimou os riscos e minimizou o esquema de segurança da empresa. Na matéria fica claro que alguém da Cemig negligenciou a política de segurança ao revelar informações estratégicas como a localização e acesso ao COS, a existência de um plano B para a eventualidade de um colapso no sistema e o até o novo local para onde o Centro poderá ser transferido.

“A reportagem não informa que o acesso ao COS é restrito aos trabalhadores do setor e que poucas pessoas têm conhecimento sobre o complexo sistema de operação da Cemig. Uma sabotagem no COS é possível, mas é pouco provável e mesmo se ocorres-

se, sua consequência não necessariamente seria um blecaute”, avalia o diretor do Sindieleto.

Apesar da coordenação do MAB negar o envolvimento com qualquer plano de sabotagem na Cemig, a imprensa reforça a tentativa de grande ato terrorista. O que mais causa estranheza neste episódio é como a atual direção da Cemig, que impõe tantas dificuldades para o acesso dos dirigentes do Sindieleto às instalações da empresa, temia que representantes do movimento social acessassem o COS.

As perguntas que ficam sem resposta são muitas: se para os trabalhadores da Cemig que são dirigentes do Sin-

dieleto é muito difícil entrar na sede da empresa, qual a possibilidade de qualquer membro do movimento social passar pelo forte esquema de segurança e ter acesso ao COS? Se a Cemig limita a entrada de funcionários ao COS e se os equipamentos são controlados por trabalhadores altamente qualificados como imaginar que um leigo conseguiria comprometer o sistema?

Diante de tudo isso fica mais uma pergunta: a quem interessa o ataque aos movimentos sociais? Sem dúvida o que mais tem incomodado no estado, em especial ao governo e à direção da Cemig, é a mobilização pela redução das tarifas de energia.

Sindieleto discute proposta para acabar com a terceirização de atividades-fim

Foto: Assessoria do Deputado Vicentinho

A atuação do Sindieleto para acabar com as terceirizações das atividades-fim avança em uma nova frente. O sindicato discute no âmbito do Grupo de Trabalho formado pela CUT Nacional uma proposta alternativa de projeto de lei que regulamente as relações de trabalho na terceirização. No último dia 17, representantes de várias entidades sindicais que integram o GT se reuniram na sede da CUT, em São Paulo, para dar seqüência às discussões da proposta.

O que norteou os trabalhos foi a definição de estratégias para tornar a terceirização da atividade-fim ilegal. De acordo com a Secretaria Nacional de Organização Sindical da CUT, a discussão tem se baseado nos princípios de manutenção do nível de emprego, representação sindical, controle das fraudes, responsabilidade solidária da contratante

te pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias e outras e, ainda, a definição clara do que é atividade-fim.

A discussão contou com a participação do deputado federal e membro da Comissão Permanente do Trabalho da Câmara, Vicente Paulo da Silva (Vicentinho). Uma nova reunião do GT será realizada em agosto para a finalização da proposta.

Contraponto

Wilian Vagner, coordenador-geral do Sindieleto e integrante do GT, afirma que a construção da proposta alternativa da CUT é fundamental para garantir condições de trabalho dignas e, sobretudo, contrapor o Projeto de Lei 4330/2004, do deputado Sandro Mabel (PL-Goiás), que defende a liberação indiscriminada das terceirizações e até a quarteirização (leia matéria da página 4).



Wilian Vagner (centro) na reunião do GT da terceirização, na CUT Nacional

Segundo o coordenador, o Projeto 4330 “derruba” a única referência jurídica existente hoje no país que declara ilegal a terceirização das atividades-fim - a Súmula 331 do TST (Tribunal Supe-

rior do Trabalho). “Hoje, mesmo de forma irregular, as empresas estão terceirizando indistintamente, imagine com o projeto do deputado, que cria um instrumento legal para proteger as ter-

ceirizações e permitir ainda mais a precarização das condições de trabalho. Precisamos evitar que isso aconteça e restabelecer as condições dignas de emprego”, avalia.

Unir o sindicalismo para impedir a legitimação da precarização

Foto: Benedito Maia

Existem momentos na luta sindical que, mais importante do que as divergências de concepções, é a resistência às agressões impostas por uma elite ávida em aumentar a exploração do trabalho. Este parece ser o caso atual, diante do projeto de lei em discussão no Congresso Nacional que regula a terceirização. Esta prática, que tantos estragos tem feito nos direitos e conquistas trabalhistas, na qualidade do emprego e nas condições de trabalho, poderá ter a sua face mais perversa revelada se for aprovado o projeto de lei de autoria do Deputado Sandro Mabel, do PL de Goiás.

O PL foi recentemente aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara Federal. Seu principal objetivo em regulamentar as terceirizações e proteger as empresas frente ao grande número de processos trabalhistas, transformando a relação emprego em uma relação comercial, portanto isenta de qualquer responsabilidade com os direitos dos trabalhadores. O deputado Sandro Mabel foi relator de um projeto semelhante apresentado pelo governo FHC em 1998 (PL 4302/98), o qual foi retirado pelo governo Lula.

Dentre outras coisas, o projeto derruba uma das poucas e insuficientes proteções impostas à terceirização, que é a Súmula 331 do TST, que impede a ter-

ceirização da atividade-fim da empresa. Além disso, admite a possibilidade de quarteirização e impõe barreiras a qualquer possibilidade de caracterização de vínculo empregatício com as empresas contratantes.

Um dos debates que nós, sindicalistas, fazemos em relação à terceirização é exatamente a possibilidade de fraude na relação de emprego que decorre da terceirização. Isso porque na relação do trabalhador da empresa terceirizada com a empresa contratante, existem a pessoalidade e a subordinação, que são características de uma relação de emprego.

Não é à toa que o PL 4330/04 não só encobre a relação de emprego como anistia as empresas de qualquer responsabilidade por terceirizações irregulares anteriores à lei, institucionalizando e legitimando a precarização do trabalho e os graves problemas por ela gerados.

O PL menciona, ainda, as terceirizações no setor público, quando a terceirização nesta área deveria ser objeto de regulamentação específica, já que existe um conjunto de elementos próprios relativos a esta discussão, tais como os concursos públicos x vínculo empregatício, licitações, dentre outras.

Mobilização e resistência

A construção de uma estratégia para barrar o avanço da tramitação deste Pro-

jecto de Lei está pautada para a próxima reunião do GT Terceirização, que ocorrerá essa semana, na sede da CUT em São Paulo. O encontro contará com a participação de instâncias e sindicatos da CUT e com a presença de parlamentares do campo democrático-popular que fazem parte da Comissão de Trabalho da Câmara, que é o próximo fórum em que o PL tramitará.

Já estamos discutindo algumas diretrizes para regulamentação das relações de trabalho nas terceirizações. A primeira delas é que a terceirização de serviços e etapas do processo produtivo é ilegal, salvo acordo ou convenção coletiva; também é fundamental a proibição da terceirização da atividade-fim da empresa, assim como a garantia de informação prévia sobre projetos da empresa que envolvam a terceirização de suas atividades-meio.

O enfrentamento das terceirizações, no entanto, não se esgota neste ponto. Temos pela frente o desafio de atuar em várias frentes de luta, articulando e reforçando reciprocamente os três eixos constitutivos da nossa estratégia - Organização e Representação dos Trabalhadores Terceirizados, Negociação Coletiva e Legislação para combater esta prática deletéria de exploração do trabalho.

*Por Denise Motta Dau
Secretária Nacional de
Organização da CUT*

